

## RESUMO

*Instituições e o Institucionalismo: Notas acerca da Construção do Debate e seus Principais Desafios na Contemporaneidade*

Assim como a relação entre ator e instituição é o grande mote das abordagens institucionalistas, podemos considerar que momentos de mudanças institucionais foram grandes propulsores para que a abordagem se renovasse e se mantivesse como uma das fontes explicativas mais utilizadas na Ciência Política. O cenário democrático contemporâneo trouxe novos desafios para compor o debate do institucionalismo, com foco especial acerca do papel das instituições em um contexto de democracia. A inserção de novos atores ao debate – tais como as empresas - se constitui em um aspecto que ganha relevância crescente no cerne das discussões sobre teoria democrática e o papel das instituições. A relação desenvolvida entre Estado, empresa e interesses organizados no sistema democrático liberal fornece novos contornos ao debate acerca da democracia e do papel que essa desempenha - como instituição atuante no sistema político decisório - nos dias atuais.

**Palavras-chave:** instituições, democracia, estado, empresa.

## ABSTRACT

While the relationship between actor and institution is the great topic of institutional approaches, we can consider that moments of institutional changes were the main reason for the approach renew and remained as one of the explanatory sources commonly used in political science. The contemporary democratic scenario has brought new challenges to compose the institutionalism of the debate, with a special focus on the role of institutions in a democratic context. The inclusion of new actors in the debate - such as companies - constitutes an aspect that takes on increasing importance at the core of discussions on democratic theory and the role of institutions. The relationship developed between State, business and organized interests in the liberal democratic system provides new dimensions to the debate about democracy and the role that it advances - as an active institution in the political decision-making system - currently.

**Keywords:** institutions, democracy, state, company.



## Instituições e o Institucionalismo: notas acerca da construção do debate e seus principais desafios na contemporaneidade

Mariele Troiano<sup>1</sup>

Priscila Riscado<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O institucionalismo como ferramenta teórica e metodológica tornou-se clássica aos estudos da Ciência Política. A máxima de que “instituições importam” foi ainda mais fortalecida perante os processos de redemocratização. A entrada de novos atores e a reorganização da engenharia institucional permitiram intensificar a discussão do projeto político sob a ótica da teoria democrática.

Esse artigo tem como objetivo principal apresentar o processo de consolidação da abordagem institucionalista sob estímulos de mudanças institucionais, tais como processos de democratização. Além disso, também é objetivo do texto apresentar que a inclusão de novos atores e organizações provocados pelas mudanças institucionais fundamentou uma crítica à teoria democrática clássica ao demonstrar a necessidade da inclusão de atores externos – como as empresas – aos procedimentos políticos decisórios.

Para isso, esse artigo está dividido em três seções. A primeira seção apresenta uma trajetória do institucionalismo como abordagem teórico-metodológica, buscando sintetizar o estado-da-arte da área e seus principais autores. Para além de uma linearidade encontrada na literatura especializada que demarca a passagem do velho institucionalismo ao compor-

---

1 Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/PPGPol). Bolsista FAPESP. troianomariele@gmail.com.

2 Professora Adjunta de Teoria Política no curso de Políticas Públicas do Instituto de Educação de Angra dos Reis, da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF). Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PGCP/UFF) . priscilariscado@gmail.com.

tamentalismo e, posteriormente, ao neo-institucionalismo, essa seção propõe apresentar como as mudanças institucionais foram fundamentais para o desenvolvimento da abordagem institucionalista.

A relação desenvolvida entre Estado, empresa e interesses organizados no sistema democrático liberal atual fornece novos contornos ao debate acerca da democracia e do papel que esta desempenha nos dias atuais. A segunda sessão tem por objetivo trazer esses novos elementos que passaram a integrar o debate do institucionalismo na contemporaneidade, privilegiando o enfoque a partir da teoria democrática. As empresas – em especial de grande porte – são os atores que analisaremos. A importância crescente destes atores no contexto atual, concomitantemente as relações que estes desenvolvem com outras instituições – como o Estado – e com diversos atores – como a sociedade – parecem-nos elementos fundamentais para a compreensão de uma concepção de democracia contemporânea.

Na última seção está nossas considerações finais, apontando a necessidade da inclusão de atores sociais e não-políticos às análises institucionais das democracias contemporâneas. Sendo as empresas apenas um caso ilustrativo para esse caso, aponta-se para uma agenda de pesquisa a ser desbravada.

## **INSTITUCIONALISMO: LOCALIZANDO O CERNE DO DEBATE**

Nessa seção do artigo será retomado o percurso do institucionalismo como fonte teórica e metodológica com dois enfoques distintos aos momentos de ruptura: como impulso e desafio para as constantes reconstruções da vertente institucional e também como objeto de análise a ser enfrentado.

As interpretações tradicionais do institucionalismo, chamada por muitos autores como velho institucionalismo ou institucionalismo de primeira geração, entendiam as instituições como estruturas estáveis e mantidas por meio de mecanismos constantes de reprodução institucional. Dessa forma, modelos institucionais sustentáveis seriam aqueles que se renovam constantemente para manterem a eficiência e a legitimidade, caso contrário uma reforma seria necessária ou a instabilidade política poderia ser inevitável. Trabalhos que exemplificam essa fase do institucionalismo são maioria no grande campo da Ciência Política.

É possível perceber traços institucionais explicativos desde os autores da teoria política clássica como Aristóteles, Locke e Montesquieu, perpassando os contemporâneos como Alexis de Tocqueville e os autores de “O Federalista”.

Embora os autores tenham propósitos diferentes, Tocqueville e os autores de “O Federalista” se aproximam por pautarem suas análises em instituições políticas como meio fundamental para o estabelecimento e manutenção do regime político. Em “A Democracia na América” (1977), o autor francês tem a preocupação em expor o regime republicano como uma possibilidade para o fim dos estados absolutistas na Europa. Indo aos Estados Unidos para um estudo de campo sobre o sistema penitenciário, Tocqueville desvendou que o ethos da democracia estava no associativismo entre os indivíduos provocado pelas instituições sociais e políticas.

Sobre a manutenção dessa democracia, os autores John Jay, James Madison e Alexander

## Instituições e o Institucionalismo

Hamilton, por meio de artigos de jornais publicados com pseudônimos, descreveram o aparato constitucional que tornava possível uma república federativa democrática se conservar. Para o jurista Dalmo Dallari (1995), a obra “O Federalista” (1788) é o marco do nascimento da república federativa ao apresentar uma América sob a tutela de uma Constituição e não mais de um tratado, como era com a Convenção de Filadélfia. Para os autores da obra, a manutenção das instituições se daria por meio de características como: a) distribuição de poderes entre esfera nacional e estadual; b) amplitude de atuação do Poder Judiciário; c) composição bicameral; d) constância entre os princípios fundamentais da federação e da República.

Pode-se concluir que o antigo institucionalismo foi caracterizado por análises de instituições com maior importância nas leis formais, regras e estruturas administrativas como explicação do comportamento político e dos resultados políticos (Steimo et al 1997, p. 3). Se fosse possível adjetivar o institucionalismo desse período, poderíamos nomeá-lo de institucionalismo formalista e normativo.

No início dos anos 60, o institucionalismo foi afetado diretamente pela busca da estruturação da Política como Ciência, bem como sua diferenciação empírica e metodológica das outras Ciências Sociais como a Filosofia e o Direito. Em um discurso polêmico do presidente da American Political Science Association (APSA), em 1961, deu-se o marco para a chamada revolução comportamentalista, ou ainda, o que podemos chamar de primeiro momento de reformulação do institucionalismo.

O discurso do professor Emmette Redfort apresentava a necessidade de maior cientificidade nas pesquisas em Ciência Política, principalmente, as que tentavam explicar o comportamento político via abordagem institucional. Entendido como forma de protesto e um certo desencantamento com a vertente explicativa, o institucionalismo demonstrava-se, na verdade, incapaz de explicar importantes rupturas políticas da época do período pós-guerra como o surgimento do nazismo, do fascismo e do socialismo.

Para o autor Paulo Peres (2008), há ainda três outros fatores que foram críticos ao institucionalismo face ao comportamentalismo. São eles: a) a desvalorização, pelo governo norte-americano, dos trabalhos de cientistas políticos institucionalistas, principalmente pela discordância entre a prática do governo de Ronald Reagan e as análises teóricas; b) a incompatibilidade de aplicação do modelo de democracia capitalista em países não-industrializados, mostrando a necessidade de pesquisas com ênfases na cultura política; c) a influência de pesquisadores e teóricos europeus exilados e que foram trabalhar nas universidades norte-americanas, refletindo na formação de novos cientistas políticos e na condução de pesquisas sociais com maior rigor teórico, habilidades em estatística e com uma visão multidisciplinar (Peres, 2008, p. 57). Esse último fator muito contribuiu para a formação de um perfil específico para a Ciência Política norte-americana, sobretudo, por meio dos trabalhos da Universidade de Chicago, bem como para o perfil de uma Ciência Política pluralista do ponto de vista metodológico.

O que de fato o discurso do presidente da APSA trouxe com a onda behaviorista foi uma convocação para um maior rigor científico durante a observação empírica do comportamento dos atores. Logo, não se tratava de uma crítica direta ao institucionalismo, mas de uma necessidade de uma maior preocupação com objetividade da pesquisa, métodos de pesquisa, material empírico e multidisciplinaridade teórica para o próprio fortalecimento

da Ciência Política.

Entretanto, em menos de uma década, em outro discurso presidencial de David Easton na APSA, marcou-se a crise precoce da abordagem comportamentalista. Easton, um dos formuladores da teoria dos sistemas, demarcava a crise do paradigma comportamentalista e a retomada das instituições como foco preponderante nas interpretações da Ciência Política. Surgia o neoinstitucionalismo ou o novo institucionalismo, junto com a demarcação da área da Ciência Política, de modo que as fronteiras disciplinares haviam sido apagadas durante o comportamentalismo.

A crise do comportamentalismo demonstrou sua insuficiência explicativa e dificuldade empírica perante fenômenos políticos do período. Essas dificuldades podem ser entendidas em dois níveis analíticos: macro e micro. Na amplitude micro, houve uma incompatibilidade de análise do congresso norte-americano em considerar as regras institucionais como delimitações não só ao comportamento eleitoral como também para o desempenho dos parlamentares. No campo macro analítico, a interpretação comportamentalista viu-se incapaz de explicar os processos de mudanças institucionais e de democratização dos países emergentes nas décadas de 1970 e 1980 que distinguiam do modelo norte-americano.

Nesse período, por exemplo, o Brasil estruturava uma democracia baseada em uma combinação de mecanismos institucionais que eram apresentados pela literatura como divergentes: sistema presidencialista e multipartidário (Mainwaring, 1993). Esse debate foi liderado, de modo geral, por Juan Linz (1994) que apontou os obstáculos da opção presidencialista com base em seu sistema eleitoral. Afinal, para o autor, eleitores do presidente e dos parlamentares não seriam necessariamente os mesmos em sistemas presidencialistas, podendo provocar uma “paralisia decisória” durante o processo de formação de coalizão (Santos, 1986). Muitos outros trabalhos, principalmente, comandados por autores “brasilianistas”, debateram as estruturas institucionais que não eram compatíveis com o modelo norte-americano como uma equação improvável. Foi com a tese de Sérgio Abranches, em 1988, de que se configurava no país um presidencialismo de coalizão, que houve a inflexão de interpretação das instituições brasileiras, apresentando a possibilidade de entendimento de novos arranjos entre atores e instituições.

Nesse ensejo, a segunda geração do institucionalismo produziu um conjunto de novos conceitos, categorias e relações causais para compreensão de novos movimentos e combinações entre atores e instituições. Com isso, fortalecia a noção de que o processo decisório seria responsável pelas decisões tomadas pelos atores, ou seja, que as instituições condicionariam os comportamentos dos atores. Logo, no novo institucionalismo, as instituições tornaram-se variáveis explicativas centrais, permitindo uma análise da dinâmica democrática fundamentada entre atores e instituições.

Essa dinamicidade dá-se a partir da combinação de movimentos exógeno e endógeno. Em um primeiro momento, ocorre um mecanismo exógeno de constrangimento das instituições sob os indivíduos. Como por exemplo, regras de convívio em sociedade. Essas normas, ao longo do tempo, são internalizadas pelos atores como um leque de possibilidades de atuações, moldando, a posteriori, suas preferências. Com isso, as interações políticas estão diretamente associadas ao modelo institucional no qual essas estão inseridas, tendo seus resultados influenciados por esse. Por isso, os estudos sobre as relações entre os poderes da República, sobre as regras eleitorais e a disposição dos partidos políticos, por

exemplo, tornam-se fundamentais para o entendimento também das decisões dos atores.

Embora essa relação entre exógeno e endógeno seja estabelecida num spectrum continuum em uma análise da dinâmica decisória, o neoinstitucionalismo não se apresenta de forma homogênea. As diferentes restrições internalizadas que moldam os atores marcam diferenciais entre as três principais vertentes do neoinstitucionalismo e que foram organizadas no seminal trabalho de Hall e Taylor (1996).

A primeira aproximação do institucionalismo foi com a Economia e dessa preocupação com a maximização dos resultados dos atores e os cálculos dos conflitos entre eles nasceu o institucionalismo da Escolha Racional ou a Rational Choice. Essa vertente tem como referência os trabalhos fundamentados na teoria da ação coletiva, tais como de Anthony Downs (1957) e Mancur Olson (1999).

A premissa de Downs (1957) é de que parlamentares e eleitores agem racionalmente em suas decisões. As motivações dos políticos são desejos pessoais, tais como a manutenção do poder e a obtenção do prestígio. Entretanto, isso só torna possível quando eles são (re)eleitos e, para isso, faz-se necessário maximizarem o apoio político e orientarem suas políticas para a obtenção desse fim. A escolha de um partido pelos eleitores também leva em consideração a ordem de preferências, assim como as regras do sistema eleitoral (Downs, 1957).

Já o objeto de estudo de Olson (1999) é o comportamento de indivíduos racionais que almejam otimizar seus resultados, ou seja, a obtenção de benefícios coletivos que se convertam em vantagens individuais. Para o autor, benefício coletivo é um bem indivisível, que uma vez obtido por um grupo não pode ser negado a uma pessoa que pertence a ele, mesmo quando esta não tenha se dedicado para a sua obtenção. Para o autor, dessa forma, é inevitável a presença e o favorecimento consequente dos chamados caroneiros (free riders).

A segunda vertente do neoinstitucionalismo trata-se do institucionalismo sociológico. Essa abordagem é bastante utilizada na teoria das organizações tendo a frente os trabalhos dos autores DiMaggio e Powell (1991) e Meyer e Rowan (1977). No institucionalismo sociológico o enfoque cultural é a fonte predominante das delimitações de ações, ou seja, os costumes e a visão de mundo do ator exercem constante influência na interpretação das situações. Nesse caso, as instituições corresponderiam aos “planos morais e cognitivos de referência sobre os quais são baseadas a interpretação da ação” (Théret, 2003, p. 228).

DiMaggio e Powell (1991) apresentam o isomorfismo institucional como um processo limitador – por meio de pressões formais e informais – capaz de modelar grupos com base em padrões de outros grupos que vivem sob as mesmas condições externas. Para eles, o isomorfismo pode ser coercitivo, mimético ou normativo. Enquanto isso, Meyer e Rowan (1977) frisam a existência de pressões externas por meio do que eles chamam de cerimônia institucional, ou seja, de um processo de internalização de regras e normas externas pelos atores. Para eles, as estruturas organizacionais formais e complexas são reflexos de regras institucionais racionalizadas. Dessa forma, as regras institucionais funcionam como mitos que as organizações incorporam ganhando legitimidade, recursos, estabilidade e aumento de possibilidades de sobrevivência ao longo do tempo (Meyer e Rowan, 1977).

Por fim, a terceira vertente é o institucionalismo histórico. Este é considerado como o mais “ecletico” em relação aos expostos anteriormente, ou ainda, entendido como um somatório de características das duas abordagens precedentes. No institucionalismo histórico, os

atores levam em conta seus interesses nas tomadas de decisões e calculam seus resultados, mas ao mesmo tempo, suas diferentes visões de mundo, correspondentes às suas posições e contextos sociais também influenciam nas tomadas de decisões. Assim, os interesses não seriam dados como as preferências no institucionalismo da escolha racional, mas seriam construtos políticos (Immergut, 1998).

Uma das principais perspectivas de análise do institucionalismo histórico é a path dependency ou a dependência de trajetória. Para Margareth Levi (1991) path dependency não significa simplesmente que a história conta, remetendo a máxima do institucionalismo, mas que os custos de uma reversão institucional tem seus valores ampliados em relação ao caminho contínuo. Para Pierson (2000), a path dependency está relacionada a uma ideia da economia de retornos crescentes, ou seja, que a probabilidade de dar um passo à frente no mesmo caminho aumenta cada vez que se avança no próprio trajeto (Fernandes, 2002).

Essas características acrescentam aspectos de estabilidade e exogeneidade à abordagem institucionalista que apareciam tímidas em sua primeira geração. À medida em que o institucionalismo, como abordagem, tem se apresentado regenerativo perante momentos políticos de rupturas institucionais, a oferta de explicações para as mudanças, como objeto de pesquisa, continuam sendo um dos importantes desafios para a tradição neoinstitucional (Rezende, 2012). Avanços nessa temática foram possíveis a despeito de uma considerável expansão e refinamento das abordagens neoinstitucionalistas, mas ainda há uma agenda de pesquisa a ser cumprida por meio de estudos comparados.

Segundo Thelen (1999), os elementos de mudança e estabilidade devem ser compreendidos como parte de um mesmo todo, ou seja, que estão intrinsecamente entrelaçados e, portanto, não são fatores antagônicos. Afinal, as coalizões políticas seriam as bases de sustentação das instituições, nas quais os conflitos são constantes e quaisquer dificuldade de formação de consenso imporia um fator de mudança. Dessa forma, uma mudança pode acontecer sem que a estabilidade institucional seja ameaçada. Além disso, deve-se considerar as instituições como suporte de forças políticas e sujeitos que empreendem a mudança institucional.

Levi (1991) afirma que a mudança institucional pode acontecer quando o consenso contingente se dissolve, ou seja, quando os atores deixam de se submeterem aos arranjos institucionais. Para a autora, isso pode acontecer em três situações: a) quando os atores não adquirem mais benefícios com os arranjos existentes; b) quando os atores apontam opções de mudanças e c) quando o custo de mudança e repressão da sociedade não é alto.

Já para North (1990), a mudança institucional é preponderantemente gerada pela mudança na estrutura de incentivos que alteram padrões de comportamento dos atores introduzindo novos modelos de racionalidade e comportamentos estratégicos. Momentos críticos representam configurações pontuais que causam o realinhamento de crenças, preferências e escolhas estratégicas dos atores em relação aos arranjos institucionais existentes.

Portanto, a mudança não contradiz a estabilidade existente na abordagem institucional, pois as instituições se transformam a partir de causas associadas à ação estratégica de seus atores que criam racionalmente novos modelos institucionais: seja por processos de competitividade seletiva que introduzem ganhos de legitimidade; seja pela incidência de fatores ou choques externos.

O que podemos notar é que a máxima “instituições importam” manteve-se intocável em toda trajetória de construção teórica e metodológica do institucionalismo, assegurada pela insistência em um papel cada vez mais autônomo e central para as instituições políticas como fontes explicativas. Dessa forma, rupturas e mudanças institucionais não são só interpretados a partir de variáveis oriundas da economia e das condições sociais, mas também do desenho das instituições políticas que refletem no comportamento dos atores. As instituições além de um conjunto de procedimentos e estruturas padronizadas que as definem e lhe asseguram estabilidade, também defendem interesses. Por outro lado, as rupturas como objeto de pesquisa ainda demonstram uma agenda de pesquisa em evolução para que mais fatores endógenos sejam inseridos nas análises e que se ocorra a eliminação da noção de estabilidade como fator de oposição à mudança. Afinal, instituições são atores políticos em si mesmas.

### **NOVOS ATORES NO DEBATE: O INSTITUCIONALISMO E A TEORIA DEMOCRÁTICA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO**

O cenário democrático contemporâneo traz novos desafios para compor o debate do institucionalismo, com foco especial acerca do papel das instituições em um contexto Democrático. A inserção de novos atores ao debate – tais como as empresas – se constitui em um aspecto que ganha relevância crescente no cerne das discussões sobre Teoria Democrática. A relação desenvolvida entre Estado, empresa e interesses organizados no sistema democrático liberal atual fornece novos contornos ao debate acerca da democracia e do papel que esta desempenha nos dias atuais. Porém, o assunto não é novo, e os trabalhos de Peter Bachrach (1973) já tratavam disso. Com essas reflexões, é possível situar os novos dilemas que integram as discussões acerca dos caminhos da democracia contemporânea, incorporando esse aspecto ao debate tradicional, pouco abordado em estudos sobre o tema, a não ser por Bachrach.

Centrado na análise da Teoria Democrática, mas conjugando esta à ação de novos atores, incluindo a empresa, o estudo de Bachrach (1973) propõe uma revisão do debate acerca dessa teoria. Para o autor, não é mais possível se pensar a democracia sob as bases clássicas, tradicionais que moldam o debate. O que ainda ocorreria, segundo Bachrach, é a defesa do que ele denomina como “Teoria Elitista da Democracia”. Para o autor, é ultrapassado e pouco prático pensar ainda que a democracia seja essencialmente o governo de muitos e/ou represente os interesses do povo – sobretudo quando é pensada em oposição ao elitismo, calcado na ideia de um governo de poucos e que representa interesses egoístas. É preciso pensar as bases da democracia levando em consideração as necessidades dos homens de hoje.

Tal qual observado no trabalho de Bachrach, a preocupação com os efeitos e objetivos da democracia é tema central do trabalho de governantes vigentes, e não mais a democracia. A chave para essa teoria está na busca por um equilíbrio político, o qual não é mais conseguido através da democracia, que se traduz em excessos e instabilidade, provocados pela participação das massas.

Ademais, Bachrach destaca um ponto que considera crucial para o debate que pretenda realizar uma revisão na Teoria Democrática clássica: a definição de elite política. O autor defende a ideia de que os estudos recentes que tentaram repensar a democracia não conse-

guiram avançar em inúmeros aspectos. Um deles é a identificação das elites políticas existentes na sociedade. Estudos relevantes, como os de Robert Dahl e Harold Lasswell (apud BACHRACH, 1973), conseguem avançar em inúmeros aspectos relativos às características dos regimes democráticos de então. No entanto suas teorias acerca da democracia carecem de incrementos no que diz respeito à configuração das elites atuais: Dahl, por exemplo, não leva em consideração os empresários em sua análise sobre essas elites. Para Bachrach, os empresários se constituem no contexto atual, de forma ascendente, como um grupo social fundamental no processo decisório, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico em um país. Bachrach destaca como as empresas estão cada vez mais envolvidas em ações sociais – projetos filantrópicos de forma geral –, levando sua ação para além da geração de emprego e lucro para o mercado. Por essa e por outras razões, o autor crê que os empresários devem ser entendidos como parte integrante das elites políticas: não podem ser considerados de forma isolada fora do processo decisório político contemporâneo e suas ações extrapolam o ambiente puramente econômico.

As críticas de Bachrach em relação a Robert Dahl se dão, em especial, à análise deste sobre a democracia proposta em sua obra intitulada “A Análise Política Moderna”<sup>3</sup>. Na concepção de democracia apresentada pelo autor, sua principal característica é o fato de ela ser capaz de responder às preferências de seus cidadãos, entendidos em um primeiro momento como politicamente iguais. Para tal, é necessário que os cidadãos possam formular suas preferências, expressá-las a seus concidadãos e aos governos, e que possam tê-las igualmente consideradas na conduta do governo. Dahl define sociedade democrática como um sistema social que contém não só subsistemas políticos democráticos, mas também outros subsistemas, que contribuem de forma direta ou indireta para fortalecer processos políticos democráticos.

O grande problema observado em Dahl – sob o ponto de vista de Bachrach – é a sua compreensão acerca da impossibilidade da existência de uma igualdade de poder político entre os indivíduos de uma sociedade democrática em sistemas políticos de grandes proporções, o que não inviabilizaria a existência de uma democracia. Por conseguinte, Dahl entende que a democracia é um mecanismo cuja finalidade central é indicar e aprovar governos através de uma competição entre as elites existentes – pequenos grupos que detêm de fato o poder político na sociedade – através do recebimento de votos em eleições periódicas. Dessa forma, o sistema democrático esboçaria um contexto de disputa livre entre essas elites, no qual os eleitores – com um comportamento similar ao de consumidores – escolheriam que grupo apoiar, de acordo com a convergência de seus interesses com as propostas defendidas por cada um dos grupos em questão.

O problema central das democracias – tanto para Bachrach como para outros analistas da democracia – é que estas pressupõem uma sociedade composta de indivíduos iguais, que participam das decisões políticas. Ademais, como afirma Bachrach, Dahl desconsidera como sendo atores privilegiados na sociedade – elites – alguns grupos, tais como as empresas de grande porte e os empresários que as detêm.

Bachrach é o primeiro – ou um dos primeiros – a destacar o papel-chave ocupado pelas grandes empresas: estas seriam, no contexto atual, instituições políticas não estatais. Não se

<sup>3</sup> A obra de Dahl em questão, intitulada “Análise Política Moderna”, foi originalmente publicada em 1964. Todavia, na presente tese utilizamos a versão da obra traduzida para o Português, publicada em 1988.

pode mais, na concepção do autor, manter a empresa fora das análises acerca dos processos decisórios ocorridos no âmbito político, pois é uma instituição privada. A influência e a força que as empresas apresentam na sociedade contemporânea interferem diretamente no futuro destas sociedades, demonstrando assim o papel de destaque que estas exercem.

Ainda que existam hoje muitas teorias que analisem a democracia, Bachrach chama a atenção para um aspecto significativo: todas têm como objetivo explicar os regimes democráticos vigentes, mais do que sugerir como estes devem funcionar. De um lado, as novas teorias – que possuem forte caráter elitista em seu âmago – buscariam, com isso, compreender a estrutura de poder atual e as decisões das elites em grandes sociedades industriais. De outro lado, ainda associariam a Teoria Democrática a mitos como “a vontade popular” ou “a democracia de massas”. Com isso, essas teorias, na concepção de Bachrach, não conseguem se afastar de concepções ideológicas acerca do tema. Por conseguinte, ao buscarem a aproximação com os ideais liberais – caros às democracias –, não conseguem se aproximar de outro aspecto crucial em regimes democráticos: a confiança e a igualdade. Isso mostra que essas teorias são, em verdade, incompatíveis com a Teoria Democrática clássica, em sua base mais forte.

Ademais, as teorias que buscam repensar aspectos relativos à democracia consideram os interesses do povo de forma muito limitada. Igualmente, em seus argumentos, deixam de fora a participação de atores privados nas decisões políticas em geral, ainda que os cenários que integram as sociedades contemporâneas forneçam inúmeros exemplos de como as instituições privadas gozam de poder na vida social contemporânea.

A solução para este problema seria, a partir da análise de Bachrach, a redefinição do que se constitui como “o político”: se essas teorias considerassem como um ator político as instituições privadas – ainda que apenas as de grande porte e com atuação transnacional –, estas seriam capazes de avançar sobre as bases que compõem a Teoria Democrática clássica. Ao pensar que ação política decisória só se realiza em instituições governamentais e que, concomitantemente, as empresas seriam instituições não políticas, esses estudos afastam a democracia da realidade atual, pois a participação de todos os atores sociais, ainda que em níveis distintos, no processo decisório político é característica primordial em uma democracia.

Mas como seria então possível repensar a Teoria Democrática clássica, de acordo com as necessidades dos novos tempos, sem nos afastarmos de suas características basilares, tais como a participação e uma posição ética na sociedade? Para Bachrach, falta realismo à Teoria Democrática clássica para que esta se consiga cumprir suas funções em grandes sociedades urbanas, como as atuais. É preciso, para o autor, que a Teoria Democrática possa se fundar no autodesenvolvimento como característica das sociedades modernas. Esse autodesenvolvimento estaria baseado em alguns pressupostos, tais como igualdade de poder entre os indivíduos de uma sociedade, a concepção de democracia como sendo um método político e uma finalidade ética e a concepção de político como um ator que toma as decisões que afetam significativamente os valores sociais (sejam esses atores de natureza pública ou privada). Essas mudanças na teoria seriam também capazes de remover seus fins normativos, que lhe tirariam funcionalidade, no que diz respeito às ações humanas que dela fazem parte.

O principal diferencial analítico proposto por Bachrach para a Teoria Democrática diz

respeito à inclusão de novos setores na esfera decisional e participativa dos regimes ditos democráticos. Para o autor, é crucial que os cientistas, sobretudo os cientistas políticos, reconheçam a existência dos centros privados de poder (como as grandes empresas, por exemplo) e admitam que a sua atuação produz importantes consequências para a democracia participativa, sobretudo no processo de tomada de decisões. Ademais, Bachrach entende que empresas transnacionais – o próprio autor trabalha com a General Motors e sua relação com o governo dos EUA como exemplo – devem ser consideradas como uma espécie de “governo privado”: para o autor, é evidente que a General Motors é uma empresa, e não o governo dos EUA. No entanto, ambos atribuem com autoridade valores à sociedade. Por isso, ainda que não seja “o governo” dos EUA, mas sim uma empresa, a General Motors também deve ser pensada como parte do setor político, visto que sua atuação também é capaz de reger as normas democráticas.

Ainda com base nessa nova concepção de democracia contemporânea, Bachrach destaca que novos setores políticos ganharão reconhecimento a partir da implementação destes novos contornos teóricos: não será possível se restringir a problemas puramente políticos – como as questões eleitorais, por exemplo. A fábrica, o escritório e a empresa serão novos setores que integram o cenário político democrático atual. Os problemas observados no ambiente de trabalho (nas relações entre patrões e empregados, por exemplo) não podem ser considerados como questões relativas apenas a um ambiente privado, pois estão carregados de tensões que reproduzem relações sociais mais abrangentes. Em última instância, pode-se considerar que a tensão observada no âmbito de uma empresa entre patrões e empregados reproduz as relações de dominação do homem pelo homem em sociedade. Essa relação de dominação é um sinalizador de que é preciso que se desenvolvam os processos democráticos nesta sociedade, pois a prática democrática parece distorcida. Bachrach crê que a educação política, ferramenta fundamental dos homens em uma democracia, precisa ser desenvolvida pelos cidadãos.

A grande transformação proposta por Bachrach não passa pela mudança no cerne da Teoria Democrática, como muitos julgavam necessário para que se conseguisse adequar o conceito às novas realidades. O que parece fundamental para o autor – e também no entendimento da presente tese – é a necessidade de incorporação de novos atores não governamentais e não públicos, porém que se configuram como agentes legítimos no contexto participativo das democracias atuais. Somente esse reconhecimento por parte da teoria fará com que a mesma possa refletir e, ao mesmo tempo, questionar de maneira efetiva os dilemas democráticos contemporâneos.

Debater aspectos relacionados ao estágio atual da democracia liberal sem abordar a empresa e o papel exercido por esta no contexto contemporâneo é, sobretudo, como apontado no estudo de Bachrach, um equívoco analítico acerca de uma maior compreensão da democracia atual. Muito tempo depois do estudo de Bachrach ter sido realizado, a temática da democracia voltou ao cerne do debate, a partir de inúmeros trabalhos, entre eles o estudo realizado por Colin Crouch (2001), intitulado “A Estranha Não-Morte do Neoliberalismo”<sup>4</sup>. Este estudo mostra-se como instrumento de grande valia para que possamos analisar o papel do mercado e da empresa no âmbito do capitalismo contemporâneo, além de observarmos do mesmo modo como o fenômeno da responsabilidade social corporativa<sup>5</sup> se

4 A obra em questão de Colin Crouch é o livro “The Strange Non-Death of Neoliberalism”, de 2011.

5 Muitas são as interpretações acerca do significado da responsabilidade social corporativa. Apresentamos

desenvolve e ganha força crescente. O título da obra de Crouch faz referência a outro livro, um clássico para a compreensão do liberalismo econômico, intitulado “A Estranha Morte do Liberalismo Inglês”, obra de George Dangerfield publicada em 1935.

O fio condutor do estudo de Crouch em questão é a crise financeira ocorrida entre 2008 e 2009, que teve início nos EUA e produziu efeitos nas economias de todo o mundo. Neste momento, Crouch observa que o debate atual sobre a relação existente entre Estado e mercado não mais pode ser, contemporaneamente, pensada de maneira dual. Essa relação, ou, como diz Crouch, esse confronto, se dá agora sob a égide de três forças: além do Estado e do mercado, a corporação é também um ator a ser analisado para que possamos compreender os ângulos que compõem essa relação.

A corporação – sobretudo empresas transnacionais – passa a desempenhar importância crescente para o autor, tanto no âmbito do funcionamento dos mercados neoliberais quanto dos Estados Nacionais e seus governos, por algumas razões, tais como o lobby exercido pelas corporações junto aos governos e aos políticos (neste sentido, Crouch destaca o caso americano e realiza análise mais detalhada acerca das relações de lobby entre empresas e congressistas nos EUA). O importante dessa relação é que esta conseguiria criar uma “via de mão dupla” na qual as corporações e os governos se beneficiam mutuamente.

Afora o lobby exercido pelas empresas junto aos governos – sobretudo nos EUA, país que serve como unidade de análise para Crouch –, outro aspecto chama a atenção na relação atual entre empresa, mercado e Estados: a adoção crescente do modo corporativo privado de gestão em instituições e empresas públicas e estatais. Essa adoção se justifica com base em aspectos relacionados à eficiência e eficácia obtida por empresas privadas no âmbito do mercado. A justificativa para a expansão desse modo gerencial privado sobre a administração pública, cada vez maior e visto como mais necessário para o desenvolvimento dos governos locais e nacionais – ganha força com argumentos como os menores custos da iniciativa privada com seus funcionários e a apresentação de resultados em geral mais satisfatórios para o consumidor de seus produtos e, por conseguinte, para a própria empresa. Esses argumentos conseguem sobrepujar um aspecto primordial na comparação entre empresas públicas e privadas: a natureza distinta de ambas. Empresas privadas e públicas têm objetivos específicos: enquanto as primeiras devem gerar lucro a seus acionistas, vencer as disputas impostas pelo mercado frente à concorrência entre outros, as empresas públicas devem prover bens e serviços para a sociedade em geral, sem que estes tenham por finalidade gerar lucro ao governo ou ao Estado, amplamente falando. Essas empresas têm por objetivo atender a demandas que são gerais, que se relacionam a direitos sociais em geral ou ao desenvolvimento do próprio Estado, para que este possa atender, assim, às demandas impostas pela sociedade. Ao ignorar essa diferença substancial de natureza, as propostas de um “intercâmbio gerencial” entre empresas privadas e públicas parecem vazias de significado.

---

aqui uma delas, concernente à administração – disciplina que inaugura a temática sobre o tema: segundo Patricia Ashley (2011) a responsabilidade social corporativa pode ser entendida, em linhas gerais, como uma forma de comprometimento e relacionamento da empresa com a sociedade e os seus agentes, tendo como base alguns princípios éticos por elas escolhidos. O objetivo dessa nova postura seria garantir a sobrevivência da empresa em ambiente complexo, competitivo e globalizado, por meio da agregação de “valor social” ao negócio das empresas, uma vez que as implicações sociais deste não podem ser desconsideradas. (in Riscado, 2103)

Outra reflexão acerca do papel e dos limites de ação da empresa no contexto atual diz respeito ao fato de as empresas cada vez mais se comportarem como um ator político, com ênfase em sua atuação em processos decisórios que dizem respeito à sociedade, mas continuarem a ser reguladas apenas pelo mercado. Aspectos como a globalização e a desregulação dos mercados financeiros globais na conjuntura neoliberal atual justificariam esse comportamento. A adoção de uma postura socialmente responsável pelas empresas é analisada a partir deste cenário: o autor destaca o crescimento de ações de responsabilidade social entre as corporações. Chama a atenção o fato de que, atrelada ao discurso e às ações ditas socialmente responsáveis, aparece associada à empresa a ideia de “cidadania corporativa”. Ora, questiona o autor, cidadania não é um conceito que diz respeito a regimes democráticos, sendo limitado a indivíduos humanos? De que modo se poderia comparar indivíduos a empresas? Ademais, isso implica então que empresas deveriam – como cidadãos individuais que constituem sociedades democráticas – ter direito a voto? Essas provocações feitas por Crouch têm por objetivo promover a reflexão do papel da empresa no contexto capitalista democrático neoliberal atual: os Estados são, reconhecidamente, as instituições responsáveis no que diz respeito à promoção de bens coletivos e à regulação da esfera pública em geral. São legitimamente reconhecidos pela sociedade para exercer esse papel. Ao definir e assumir para si uma postura socialmente responsável, a empresa estaria desempenhando ações que vão além de seu papel natural: o de gerar empregos e maximizar os lucros para seus acionistas. Para Crouch parece claro que as empresas – sobretudo as grandes empresas – exercem um papel que vai além de maximizar lucro e que é distinto de ações individuais isoladas na sociedade. Todavia, não se pode creditar a essas tarefas, como a de perseguir a promoção de bens públicos em geral, tarefa já abraçada por outro ator: o Estado.

A reflexão sobre o papel da empresa na esfera social contemporânea, a partir das ações de responsabilidade social corporativa, ganha contornos cada vez mais relevantes no debate acerca do papel do Estado, sobretudo porque o crescimento do escopo dessas ações seria capaz de levar a empresa a promover ações de políticas públicas –, tais como projetos voltados para a educação, saúde, promoção da criança e do adolescente, ações voltadas à defesa do meio ambiente, entre outras. Essas ações se justificam não só por uma iniciativa espontânea da empresa, mas também por novas demandas oriundas da sociedade civil organizada. Como dito anteriormente, Crouch tenta analisar o contexto atual a partir da tríade Estado-Mercado-Corporação. Entretanto, haveria um quarto ator nessa relação, que leva a um potencial quadrilátero de forças: a sociedade civil. A reflexão que o autor tenta trazer no bojo da análise desse triângulo de forças é que a sociedade civil evidencia novos rumos da democracia contemporânea, que envolve a participação social, mas de maneira distinta das apontadas pelas teorias democráticas tradicionais, sobretudo envolvendo o voto e eleições regulares. A participação da sociedade ganha então novos contornos a partir desse processo.

É também relevante para que possamos compreender a transformação pela qual as empresas passam contemporaneamente associar essa transformação a seu contexto mais amplo: os regimes democráticos contemporâneos. Para Crouch, em diversos estudos acerca do cenário atual há uma tentativa de se encontrar alternativas ao Estado e permitir, com isso, que este “encolha” sua esfera de ação. Para tal, aumentam-se as expectativas que são colocadas nas organizações privadas, em especial organizações de caridade e no setor de

voluntariado, desenvolvidos no seio da sociedade civil. A questão é que essas organizações, criadas pela sociedade civil, buscam cada dia mais financiamentos para seus projetos e ações sociais junto à iniciativa privada, representada majoritariamente por grandes corporações. Logo, essa relação termina por promover ações de cunho social – uma vez que são elaboradas por organizações que representam a sociedade – a partir da ação privada de seus financiamentos – representada pelas corporações.

Os dilemas e as transformações relativas ao contexto democrático contemporâneo são também alvo da análise de Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2002). Os autores procuram compreender a mudança, entendida por eles como estrutural, pela qual o Estado atravessa contemporaneamente. A complexidade sobre esse novo papel do Estado, no que diz respeito à forma como este se posiciona diante de um conjunto variado de atores – tais como empresas, sociedade civil, entre outros – que buscam ampliar cada vez mais sua participação nos processos decisórios da sociedade, é o objeto de estudo do referido trabalho.

Santos e Avritzer defendem a ideia de que o Estado não deixou de ser um ator importante no contexto atual, e ainda que este não tenha hoje o monopólio da regulação social, são dele a função e o dever de ser o agente regulador da sociedade. Conceitos como os de participação e cidadania são úteis, segundo os autores, para nos auxiliar na compreensão desse papel, visto que participação e cidadania seriam conceitos cada vez mais importantes nas sociedades democráticas atuais.

Segundo Santos e Avritzer, existem dois pontos que devem ser discutidos prioritariamente para que se possa pensar um modelo democrático participativo: o procedimentalismo e o papel dos movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural. A componente procedimental também estaria presente nessas experiências, assim como no modelo representativo liberal. Os autores acreditam que entre o procedimentalismo e a participação existe uma relação de complementaridade.

O segundo ponto fundamental, segundo os autores, para que seja possível pensar esse novo modelo participativo relaciona-se ao papel que os movimentos sociais devem cumprir no processo de institucionalização da diversidade cultural. A nova ação política dos movimentos sociais teria como objetivo a ampliação da ação política através da redefinição das práticas sociais. Esse processo só se faria possível através do reconhecimento da ampliação do espaço da ação política. A partir da colocação dessas novas demandas, a institucionalização da diversidade cultural ocorreria em função de uma nova definição da cidadania, de forma tal que esta pudesse abarcar aqueles que, por motivos diversos, estivessem excluídos do sistema político.

No modelo apresentado pelos autores, a democracia é entendida como uma gramática de organização da sociedade e da relação entre esta e o Estado. Tal definição nos chama a atenção, em especial devido ao fato de que as novas experiências participativas ocorreram em países que passaram por uma redemocratização, permitindo assim a própria redefinição do seu significado. Os momentos de redemocratização nos Estados da América Latina abordados por Santos e Avritzer têm em comum o fato de apresentarem a possibilidade de redefinição, através da via democrática, de uma identidade que havia lhes sido imposta pelos regimes autoritários a que estavam sujeitos. Somente um conceito de democracia que traga em seu bojo a possibilidade de redefinição contínua da ação política permitirá, para os autores, o surgimento dessas identidades subjugadas pelos autoritarismos.

A participação política possui, nesse contexto, um papel fundamental no processo de redescoberta das práticas sociais nesses países. É através dela que os grupos sociais que se encontravam à margem do processo participativo até aquele momento podem ser incluídos no processo democrático, ajudando também na formulação das identidades dos grupos em que estão inseridos. Por isso, a democracia seria, então, para os autores, um projeto de inclusão social e de inovação cultural que se coloca como tentativa de instituição de uma nova soberania democrática. Tendo esse cenário como pano de fundo, o projeto político-participativo procura ampliar a noção da política, ao reconhecer a pluralidade de atores, práticas e temas. Através da organização da sociedade civil, novas práticas democráticas se desenvolveram, preponderantemente as formas de participação direta nos processos de articulação, deliberação e definição de estratégias de ação.

Os autores concluem seu texto defendendo a tese de que esse processo de organização da sociedade civil levou a um fortalecimento e valorização da própria democracia, reforçando, assim, o seu caráter pedagógico. A participação da sociedade civil nos espaços públicos permite a aprendizagem da cidadania, construída gradativamente, através da troca de experiências distintas no cotidiano.

Os argumentos apresentados até o presente momento têm por objetivo principal refletir sobre as principais questões e dilemas verificados nas democracias liberais contemporâneas. A partir do estudo de Peter Bachrach foi possível atestarmos que tais fatores por ele mencionados não são mais um debate erguido a partir da simples dicotomia governo-sociedade, e que outros componentes, como a grande empresa, integram essa reflexão e tornam ainda mais importante repensarmos as bases sobre as quais a democracia se desenvolvia até então. Não resta dúvida de que a empresa se configura como um ator cada vez mais central na realização dessas ponderações.

O diálogo de Bachrach com outros autores que analisam a democracia sob uma perspectiva mais “tradicional” – tais como Pareto, Mosca, Schumpeter (apud Bachrach, 1973) mostra-se um instrumento útil para observarmos como a empresa torna-se um ator com relevância crescente na prática democrática contemporânea. Ademais, os tradicionais mecanismos de participação presentes em sociedades consideradas democráticas expõem limitações cada vez maiores no que diz respeito a seu papel central: contribuir para uma prática democrática efetiva. O trabalho de Colin Crouch contribui para entendermos as transformações ocorridas no contexto democrático atual e, concomitantemente, a necessidade de mudança na interpretação da realidade e dos caminhos das sociedades democráticas atuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos notar é que a máxima “instituições importam” manteve-se blindada durante a trajetória de construção teórica e metodológica do institucionalismo, assegurada pela insistência em um papel cada vez mais autônomo e central para as instituições políticas como fontes explicativas. Dessa forma, rupturas e mudanças institucionais não são só interpretados a partir de variáveis oriundas da economia e das condições sociais, mas também do desenho das instituições políticas que refletem no comportamento dos atores.

Se por um lado, as instituições demarcam um conjunto de procedimentos e estruturas padronizadas que asseguram estabilidade e amparam interesses dos atores; por outro, as

rupturas não devem se entendidas como fatores de oposição à estabilidade, de modo que as instituições são atores dinâmicos e se transformam justamente para se manterem constantes. Dessa forma, a mudança institucional não se comporta somente como objeto de uma frutífera agenda de pesquisa nas análises institucionalistas, mas também demarcam o processo de desenvolvimento da abordagem frente a momentos de inflexão política.

Avaliar o percurso entre o velho e o novo institucionalismo, passando pela fase do comportamentalismo, permite-nos concluir que foi frente à momentos de mudança institucional que a ferramenta explicativa em questão teve picos de inflexão. Esses ápices foram estruturados pela constante inserção de fatores exógenos e endógenos às instituições.

Foi com esse enfoque que os processos democráticos apresentaram uma crítica à teoria clássica da democracia ao ressaltar a entrada e a mobilização de um conjuntos de novos atores e organizações. O ponto de partida apresentado no presente trabalho nos ajudou na compreensão acerca do papel central desempenhado pela grande empresa no contexto democrático atual. A ideia de que a grande empresa é um ator que distorce a democracia liberal no capitalismo, observada a partir do estudo de Peter Bachrach (1973), alerta para o papel-chave ocupado pelas grandes empresas no contexto atual: estas seriam instituições políticas não estatais. Concordamos com o autor quando este defende a impossibilidade de manter-se a empresa fora das análises acerca dos processos decisórios ocorridos no âmbito político, apoiando-se no fato de que estas são instituições privadas – e que, por conseguinte, atenderiam exclusivamente a interesses privados. A compreensão de que a empresa é um construto social<sup>6</sup> que influencia e sofre influência do meio no qual está inserida, aliada ao alcance e à força que esta apresenta na sociedade contemporânea, parece-nos indicar objetivamente a interferência que as empresas exercem no futuro das sociedades, demonstrando concomitantemente o papel de destaque que desempenham no meio social. A atuação socialmente responsável de uma empresa – com ênfase nas ações e projetos implementados por estas voltados para o público externo, tais como comunidades circunvizinhas, sociedade em geral etc. – pode ser entendida como uma demonstração acerca das formas através das quais tais empresas cada vez mais extrapolam sua atuação puramente privada no contexto atual.

Ademais, Bachrach alerta para a importância de levarmos em conta nas análises sobre as democracias contemporâneas esse outro ator social – chamado pelo autor de “outro setor da esfera decisional da democracia atual” (Bachrach, 1973). A Teoria Democrática perde na capacidade de compreensão acerca da sociedade capitalista liberal atual ao adotar esse posicionamento, pois, em última instância, essa exclusão faz com que os teóricos não consigam repensar a democracia – sobretudo no que diz respeito a seu caráter participativo igualitário. As empresas – em especial as transnacionais – se tornam cada vez mais centros privados de poder. Por conseguinte, suas ações produzem cada vez mais consequências para a democracia. Ignorar este cenário – que se amplia e ganha força crescente – é também ignorar a relevância das características essenciais que tornam democracias de fato sistemas

6 O trabalho ao qual nos referimos no presente artigo é o trabalho de Ana Maria Kirschner intitulado “La Responsabilidad Social de la Empresa”, de 2006. Kirschner destaca em seu trabalho que, pela ótica da sociologia, as empresas são construções sociais no sentido clássico do termo e que questões como eficiência, competitividade e qualidade podem ser vistas a partir do papel social que cabe à empresa assumir em tempos de globalização e reformas para o mercado. Em linhas gerais, a empresa contemporânea não se limita a gerir e manter recursos econômicos, técnicos e humanos, como foi o caso até alguns anos atrás. Hoje, a invenção e desenvolvimento de novos recursos se impõem como exigência de sobrevivência econômica.

democráticos e participativos. Se entendermos esse avanço das empresas como um processo inexorável, que a Teoria Democrática possa então redefini-lo respeitando as bases de um sistema democrático: a igualdade e o equilíbrio social.

Outro ponto que ganha destaque a partir da análise apresentada é o fato que de as grandes corporações estariam se tornando organizações politicamente e socialmente responsáveis. Esse movimento tornaria as empresas instituições ainda mais dominantes na sociedade atual. Os dilemas surgidos a partir desse cenário são inter-relacionados a partir da análise de Crouch; o Estado ainda é o ator preponderante no jogo de forças desenvolvido no âmbito das dinâmicas que se desenvolvem no cenário atual, pois ele ainda é regido pelo mundo dos valores, pelo debate promovido no seio da esfera pública e por uma ideia de conduta correta frente à sociedade que representa. A empresa, ao contrário, se torna uma instituição que age livremente em relação a essa conduta. Quanto mais essas empresas, sobretudo as transnacionais e de grande porte, dominam a economia, maior é a assimetria entre estas e os consumidores, e mais destacado é seu posicionamento destas frente aos demais atores sociais no contexto democrático contemporâneo

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1988), “O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados*, no. 31: 5-33.
- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002), “Para Ampliar o Cânone Democrático”. in: B. de S. Santos (org.), *Democratizar a Democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BACHRACH, Peter. (1973), *Critica de la Teoria Elitista de la Democracia*. Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- CROUCH, Colin. (2011), *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Cambridge, Polity Press.
- DAHL, Robert. (1956), *A preface to democratic theory*. Chicago, University of Chicago Press.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. (1995), *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo, Saraiva.
- DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter. (1991), “Introduction”, in P. Dimaggio e W. Powell (orgs.), *The new institutionalism in organizational analysis*, Chicago, University of Chicago Press.
- DOWNS, Anthony. (1957), *An economic theory of democracy*. Nova York, Harper and Row Publishers.
- FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. (2002), “Path dependency e os estudos históricos comparados”. *BIB*, no. 53: 79-102.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. (1996), “Political science and the three new institutionalism”. *Political Studies*, vol.5, no. 44: 936-957.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. (1984), *O Federalista*. Brasília, UNB.
- IMMERGUT, Ellen. (1998), “The theoretical core of the new institutionalism.” *Politics and Society*, vol. 1, no. 26: 5-30.
- KIRSCHNER, Ana Maria. (2006), “La Responsabilidad Social de la Empresa”. *Revista Nueva Sociedad*, no. 202: 1-7.
- LEVI, Margaret. (1991), “Uma lógica de mudança institucional”. *Dados*, *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 34, no. 1: 79-99.
- LINZ, Juan. (1994), “Presidential versus Parliamentary Democracy: Does It Make a Difference?”, in J. J. Linz e A. Valenzuela (orgs.), *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America* (vol. II). Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- MAINWARING, Scott. (1993), “Presidentialism, Multiparty Systems and Democracy: The Difficult Equation”. *Comparative Political Studies*, vol. 1, no. 26: 198-228.
- MEYER, John; ROWAN, Brian. (1977), “Institutionalized organizations: formal structure

as myth and ceremony”. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2: 340-363.

NORTH, Douglas. (1990), *Institutions, institutional change and economic development*. Cambridge, Cambridge University Press.

OLSON, Mancur. (1999), *A lógica da ação coletiva*. São Paulo, Edusp.

PERES, Paulo Sérgio. (2008) “Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.23, no.68: 53- 71.

PIERSON, Paul. (2000), “The limits of design: explaining institutional origins and change.” *Governance: an International Journal of Policy and Administration*, vol. 4, no. 13: 475-499.

REZENDE, Flávio da Cunha. (2012), “Da exogeneidade ao gradualismo: inovações na teoria da mudança institucional”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.27, no.78: 113-130.

RISCADO, Priscila Ermínia. (2012), “Grande Empresa, Responsabilidade Social e Democracia”. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1986), *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, Vértice.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONG-STRETH, Frank. (1997), *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

THELEN, Kathleen. (1999) “Historical institutionalism in comparative politics”. *Annual Review of Political Science*, vol. 1, no.2: 369-404.

THERET, Bruno. (2003), “As instituições entre as estruturas e as ações”. *Lua Nova*, São Paulo, no. 58: 225-254.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (1977), *A democracia na América*. 2a ed. São Paulo, Universidade de São Paulo.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

**CFCH**

CENTRO DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de  
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Política



**CAPES**